

Raio X. Trabalho de 140 páginas assinado por grupo ligado ao Ministério da Integração Nacional registra a forte presença do tráfico de drogas e do contrabando nessas regiões e propõe 34 medidas, incluindo reforço de segurança e medidas para atrair profissionais

Estudo oficial alerta para abandono e vulnerabilidade das fronteiras do País

Marcelo de Moraes / BRASÍLIA

A poucos dias do fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo concluiu o estudo sobre os problemas encontrados na faixa de fronteira do País. Em 140 páginas, o trabalho constata a conhecida vulnerabilidade das extensas áreas (15,7 mil quilômetros) ao contrabando e ao tráfico e exhibe a carência de políticas públicas específicas para essas localidades.

O relatório foi preparado pelo Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça e entregue ao presidente neste mês. Teve coordenação do Ministério da Integração Nacional e propõe 34 medidas para tentar reagir aos problemas encontrados. As propostas incluem desde os óbvios pedidos de reforço de efetivo policial e de capacitação de agentes, fiscais e outros profissionais para atuar em ações específicas até a criação de gratificações especiais para incentivar profissionais a se interessarem pelo trabalho nessas regiões.

Foi considerado prioritário o aumento de infraestrutura de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo na faixa de fronteira, especialmente nas isoladas áreas da região Norte do Brasil.

Além disso, outra prioridade defendida é a de implementar a infraestrutura hospitalar – quase sempre mínima ou inexistente nesses locais.

O grupo de trabalho ainda sugere a legalização do processo de contratação de médicos e de outros profissionais de países vizinhos, mas apenas para operação nesses locais, e a criação de escolas bilíngues.

A ampliação dos horários de funcionamento das aduanas vem como proposta para tentar

umentar o combate ao contrabando. Além disso, é sugerida a criação de um regime especial ou diferenciado para exportações e importações entre micro e pequenas empresas. Segundo o estudo, essas empresas hoje não conseguem operar por conta dos “requisitos legais e cadastrais aplicados de forma igualitária às médias e grandes empresas”.

Armas e drogas. Os problemas nos cuidados da enorme extensão da faixa de fronteira brasileira se refletem em situações cotidianas, como a entrada ilegal de armas e drogas que chegam aos grandes centros urbanos. A faixa abrange 588 cidades, espalhadas por 11 Estados, envolvendo cerca de 10 milhões de habitantes.

Uma característica especial desse vasto território é a presença das chamadas cidades-gêmeas. Na prática, são cidades vizinhas, separadas apenas pela fronteira entre os países. Em alguns casos, isso se resume ao simples gesto de atravessar uma rua.

O estudo do governo mostra que, se as cidades-gêmeas podem ajudar na desejada integração da faixa de fronteira, representam também um caminho de acesso ao Brasil para o tráfico e para o contrabando. “Estas também servem de porta de entrada de produtos ilícitos de diversas naturezas e de saída de recursos naturais e minerais, explorados sem controle e ilegalmente, gerando danos ao meio ambiente”, cita o documento.

Além disso, em várias situações, o chamado “fluxo financeiro e econômico não desejável” acaba tendo a tolerância de governos vizinhos.

“Cabe lembrar que nem todos os fluxos financeiros e econômicos observados ao longo da zona de fronteira representam situa-

● **Gigantismo**
15.719 QUILOMETROS
é a extensão da faixa de fronteira

558 MUNICÍPIOS
de 11 Estados ficam nessa área

10 MILHÕES DE PESSOAS
moram na faixa de fronteira

ções desejáveis, na medida em que algumas relações ocorrem à margem da lei. Contudo, tratam-se de características do desenvolvimento dessas regiões que acabam por requerer um olhar especial do poder público, no sentido de modificar os incentivos econômicos e promover a adequação das economias locais aos limites da legislação”, descreve o relatório.

“Um exemplo do sistema produtivo de fronteira, que combina comportamentos legais e ilegais, é encontrado na zona de fronteira entre Foz do Iguaçu e a Zona Franca de Ciudad del Este. Esta última concentra empresas que consomem subpro-

duto de indústrias localizadas no Brasil sob a forma de contrabando, voltando ao Brasil e sendo registrado como produto brasileiro ou paraguaio ou ainda de um terceiro país, dependendo do câmbio e das mudanças na política brasileira de impostos incidentes sobre importação e exportação”, exemplifica o trabalho.

Desafio. “É um grande desafio conseguir soluções concretas para os problemas apresentados na faixa de fronteira. E eu diria que o ponto central não está na quantidade de pessoas que se coloca para trabalhar nessa região. O principal é a organização e racionalização do trabalho e dos recursos financeiros destinados”, avalia Fábio Cunha, diretor do Departamento de Programas das regiões Norte e Nordeste da Secretaria de Políticas Regionais do Ministério da Integração Nacional.

“O tratamento diferenciado da faixa de fronteira entrou definitivamente na agenda do governo”, diz Cláudia Cybelle Freire, gerente-executiva do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

de lá. Quando existe, é privado e se torna proibitivo para comunidades mais pobres.

“O sistema brasileiro de saúde pública alcança todos os municípios de fronteira. Cada prefeitura recebe recursos de acordo com a estimativa da população. De forma contrária, a maioria dos países vizinhos privatizou o sistema de saúde, o que não só o encareceu e dificultou seu acesso pela população mais pobre como reduziu presença ao seguir o critério do lucro na localização geográfica”, diz o documento. / M.M.

EM ALERTA

● **Estudo do governo mostrou problemas nos extremos do Brasil**



Principais características

Arco Norte	Arco Central	Arco Sul
Acesso e necessidade de implantação de infra-estrutura	Desmatamento (por causa do modelo de desenvolvimento), contrabando e tráfico	Contrabando de produtos, tráfico de drogas e armamentos

INFOGRÁFICO/AE

Mão de obra barata vira alvo de exploradores

Pessoas são levadas a atravessar a fronteira em busca de condições melhores, sonho que nem sempre se realiza

A questão do trabalho foi identificada no estudo como uma das que produzem maiores efeitos nas regiões de faixa de fronteira. Na prática, o lado mais desenvolvido atrai para si o maior número de pessoas em busca de emprego e salários mais altos – além de interessados na rede de atendimento e serviços, especialmente na saúde. O problema é que, em muitos casos, esses trabalhadores acabam sendo explorados de forma irregular.

“De modo geral, as melhores oportunidades oferecidas pelo lado mais desenvolvido, sobretudo para a realização de trabalhos pesados, descartados pelos profissionais qualificados desse mesmo lado, acarretam, ao longo do tempo, um fluxo de trabalhadores do lado mais pobre para o mais rico do limite internacional”, cita o relatório.

Assistencialismo. “A situação mais comum é o fluxo de trabalhadores diaristas ou sazonais, sem qualificação ou semi-qualificados, formais ou informais, atraídos pelas oportunidades de



Sonho. Por trabalho, peruanos cruzam fronteira com o Brasil

trabalho e, principalmente, pelos possíveis benefícios assistenciais oferecidos pelo lado de maior atratividade. Pelos mes-

mos motivos, também pode ocorrer saída de trabalhadores qualificados e profissionais do lado menos desenvolvido para o

mais desenvolvido”, acrescenta o texto.

Se os envolvidos no estudo conhecem que o fenômeno ajuda a diminuir as demandas por atividades melhores na faixa de fronteira, também concordam que o movimento pode produzir um negativo efeito colateral, com a “exploração não-regulamentada de trabalhadores na região de fronteira”.

Para os integrantes do grupo de trabalho, esse tipo de interesse dos habitantes da faixa de fronteira em buscar, ao mesmo tempo, melhores empregos, mas também serviços públicos de qualidade, prova que as diversas áreas precisam operar de forma integrada para obter resultados.

“As políticas públicas têm de chegar à faixa de fronteira de maneira integrada. Não pode ser a saúde cuidando só da saúde ou a Polícia Federal se preocupando apenas com suas demandas. Tem que haver integração entre todos”, afirma Fábio Cunha, diretor do Departamento de Programas das Regiões Norte e Nordeste da Secretaria de Políticas Regionais do Ministério da Integração Nacional.

O relatório cita também a dificuldade de lidar com as situações trabalhistas de uma maneira global, já que “no caso do Brasil, não existe um marco regulatório único para tratar fluxos de trabalhadores transfronteiriços”. Normalmente, o governo estipula regras conforme o relacionamento com o país vizinho envolvido. Quase sempre se recorre a tratados bilaterais, nem sempre bem-sucedidos.

“Embora justificada pelas di-

ferenças entre cidades-gêmeas e entre países, os efeitos dessa política são problemáticos em termos de administração e desenvolvimento regional da faixa e da zona de fronteira, tendendo a reforçar, ao invés de modificar, visões preconcebidas e assimetrias hostis à integração subcontinental”, conclui a análise feita pelo grupo de trabalho.

Solução. Para resolver a situação, o grupo propõe a criação de um marco regulatório para as cidades-gêmeas. Isso se daria com a instituição do Documento Especial de Cidadão Fronteiriço. Ele seria restrito aos domiciliados nas cidades-gêmeas, com possibilidade de renovação periódica. O sistema, inclusive, já foi adotado com sucesso na fronteira entre Brasil e Uruguai.

“Além de dificultar o tratamento abusivo da mão de obra por parte de autoridades e empresários nos dois lados da fronteira, este marco instituiria uma forma de controle e aproveitamento mais eficaz da mobilidade do trabalho.” / M.M.

TRECHO

“Se esse fluxo de trabalhadores reduz as pressões demográficas...

...pode também se converter em potencial problema, como, por exemplo, a exploração não-regulamentada de trabalhadores na região de fronteira.”

PROPOSTAS

● **Capacitação**
Capacitar policiais e fiscais para atuar em ações na fronteira

● **Centros Integrados**
Criar novos Centros Integrados de Fiscalização

● **Vigilância**
Reforçar a estrutura da vigilância sanitária

● **Assentamentos**
Regularizar a situação de assentamentos agrícolas

● **Saneamento**
Integrar as políticas públicas de saneamento básico nas cidades-gêmeas

● **Transporte**
Aumentar o investimento em infraestrutura de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo

● **Biopirataria**
Combater a biopirataria

● **Hospitais**
Aumentar os investimentos em infraestrutura hospitalar na faixa de fronteira

● **Gratificação**
Criar gratificação de função para servidores lotados nos municípios de fronteira

● **Pequenas empresas**
Criar regime especial para exportações e importações entre micro e pequenas empresas